



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS- *CAMPUS* OURO BRANCO
Licenciatura em Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A APROVAÇÃO DOS ALUNOS NA ETAPA DE
ALFABETIZAÇÃO EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS DE OURO BRANCO/MG.

Leticia Lopes da Silva

OURO BRANCO
Fevereiro, 2025

LETICIA LOPES DA SILVA

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A APROVAÇÃO DOS ALUNOS NA ETAPA DE ALFABETIZAÇÃO EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS DE OURO BRANCO/MG.

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais-Campus Ouro Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dr^a. Denília Andrade Teixeira dos Santos

OURO BRANCO
Fevereiro, 2025

S586 Silva, Leticia Lopes da.

c

Critérios utilizados para aprovação dos alunos em fase de alfabetização em três escolas públicas de OuroBranco/MG. Leticia Lopes da Silva. – 2025.

47f.

Orientadora: Denília Andrade Teixeira dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, 2025.

1. Alfabetização. 2. Aprovação escolar. 3. Ensino Fundamental. 4. Progressão contínua. 5. reprovação escolar. I. Silva, Leticia Lopes da. II. Santos, Denília Andrade Teixeira dos. III. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. IV. Título.

CDU: 372.41

Catálogo: Márcia Margarida Vilaça - CRB-6/2235



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Branco Diretoria de Ensino Docentes Educação
Rua Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG
- www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 18 horas do dia 18 de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, na sala 303 do Prédio didático, no IFMG *Campus* Ouro Branco, reuniu-se a banca avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A APROVAÇÃO DOS ALUNOS NA ETAPA DE ALFABETIZAÇÃO EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM OURO BRANCO/MG.”.

O trabalho de autoria de Leticia Lopes da Silva, estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Minas Gerais *Campus* Ouro Branco, foi orientado pela Prof. Dra. Denília Andrade Teixeira dos Santos, sendo a banca avaliadora composta pelo professor Ms. Antônio Marcos Murta e a professora Ms Gláucia Maria dos Reis Silva.

Após a apresentação da síntese do trabalho, os membros da banca dialogaram com a estudante sobre o exposto em seu TCC e, em seguida, reuniu-se sem a presença da estudante e do público, para fazer a avaliação final do trabalho apresentado.

Em conclusão, a banca avaliadora considerou o trabalho aprovado e o resultado final foi comunicado para a estudante e ao público.

A presente ata, após lida e aprovada, será assinada pelos avaliadores e docente orientadora do

Trabalho de Conclusão de Curso.

Ouro Branco, 08 de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por Denilia Andrade Teixeira dos Santos, Professora, em 09/04/2025, às 21:32, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Antônio Marcos Murta, Professor, em 19/04/2025, às 08:02, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador 2259360 e o código CRC BBA16177.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, que durante toda a minha vida buscou apoio para que eu superasse minhas dificuldades e não desistisse da minha trajetória escolar. Hoje estou aqui graças a ela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e capacidade de concluir esta etapa.

Aos meus pais, meus irmãos e meu namorado, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, me apoiando e incentivando incondicionalmente.

À minha orientadora, Prof. Dr^a. Denília Andrade Teixeira dos Santos, por sua paciência, dedicação e ensinamentos valiosos.

Às minhas amigas e companheiras de curso, por compartilharem essa jornada e torná-la mais leve.

E a todas as professoras alfabetizadoras que participaram desta pesquisa, enriquecendo meu trabalho e contribuindo para a educação.

"Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma, continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo através da magia das nossas palavras."

Rubem Alves

RESUMO

A alfabetização tem como o produto o aprendizado da leitura e escrita com compreensão. Segundo Magda Soares (2020), ela é essencial para o desenvolvimento social e econômico, além de ser fundamental para a comunicação e interação na sociedade. A pesquisa traz como tema os critérios utilizados na aprovação dos alunos em fase de alfabetização no município de Ouro Branco/MG, assunto relevante para entender a ideia de alfabetização que as Escolas Municipais de Ouro Branco-MG adotam. Assim, a pesquisa objetiva compreender como é feito a aprovação dos estudantes na etapa da alfabetização e se esta é benéfica ou não para eles. A natureza da pesquisa foi qualitativa, trazendo como objetivo a compreensão de situações através da coleta de dados, estudando as experiências vivenciadas e sua interação com o campo pesquisado. Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental e um questionário com perguntas objetivas. A pesquisa documental teve como objetivo compreender, de forma prática, qual a concepção de alfabetização adotada nas escolas públicas de Ouro Branco. Os resultados indicaram que, para as professoras alfabetizadoras entrevistadas, a relação entre família e escola é um fator essencial no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a maioria das docentes expressou preocupações em relação ao tempo destinado à alfabetização, destacando que as demandas das séries seguintes, muitas vezes, entram em conflito com habilidades que não foram consolidadas nos anos anteriores, resultando em uma defasagem significativa. Espera-se que esta pesquisa contribua para futuras discussões e reflexões sobre a importância de critérios bem definidos na aprovação dos alunos em fase de alfabetização, garantindo um ensino mais justo e eficaz.

Palavras chave: Alfabetização. Aprovação escolar. Ensino Fundamental. Progressão continuada. Reprovação escolar.

ABSTRACT

Literacy results in the learning of reading and writing with comprehension. According to Magda Soares (2020), it is essential for social and economic development, as well as fundamental for communication and interaction in society. This research addresses the criteria used for approving students in the literacy phase in the municipality of Ouro Branco/MG, a relevant topic to understand the concept of literacy adopted by the Municipal Schools of Ouro Branco-MG. Thus, the research aims to understand how student approval is conducted during the literacy stage and whether it is beneficial for them. The nature of the research was qualitative, aiming to understand situations through data collection, studying the experiences lived and their interaction with the researched field. Data collection involved documentary research and a questionnaire with objective questions. The documentary research aimed to practically understand the literacy concept adopted in the public schools of Ouro Branco. The results indicated that, for the interviewed literacy teachers, the relationship between family and school is an essential factor in the teaching and learning process. Additionally, most teachers expressed concerns regarding the time allocated for literacy, highlighting that the demands of subsequent grades often conflict with skills that were not consolidated in previous years, resulting in significant gaps. It is hoped that this research will contribute to future discussions and reflections on the importance of well-defined criteria for approving students in the literacy phase, ensuring fairer and more effective teaching.

Keywords: Literacy. School approval. Elementary Education. Continuous progression. School failure.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: questão da Provinha Brasil(2018).....	24
Imagem 2: questão da Prova ANA(2020).....	26
Imagem 3: questão da Proalfa(2016).....	27
Imagem 4: habilidades do Currículo do Estado de Minas Gerais.....	39
Imagem 5: habilidades do Currículo do Estado de Minas Gerais.....	40

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
1.1 JUSTIFICATIVA.....	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 AVALIAÇÃO-CONCEITOS E INSTRUMENTOS PARA A ALFABETIZAÇÃO.....	17
2.2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	20
2.3 AVALIAÇÕES SISTÊMICAS QUE AVALIAM AS HABILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO.....	24
3. METODOLOGIA.....	29
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4.1 QUEM SÃO AS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS EM OURO BRANCO?..	31
4.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO- O QUE DIZEM AS PROFESSORAS?.....	34
4.3 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO - O QUE DIZ O MUNICÍPIO?.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE 1.....	46

1. INTRODUÇÃO:

A alfabetização é o processo de aprendizado da leitura e escrita com compreensão e, segundo Magda Soares (2020), ela é essencial para o desenvolvimento social e econômico, além de ser fundamental para a comunicação e interação na sociedade. Para que ela seja consolidada, há a participação de vários sujeitos e instituições, cada um responsável por um determinado papel.

Entender os procedimentos para a consolidação da importância de cada um deles, serve para uma educação que enxergue o aluno e suas dificuldades e encontre uma melhoria eficaz, para obter a alfabetização plena. Por isso, há a responsabilidade dos professores, das escolas e família nesse processo de desenvolvimento intelectual das crianças.

O processo de avaliação na alfabetização é essencial para acompanhar o desenvolvimento do aluno, garantindo que eles estejam adquirindo as habilidades de leitura e escrita. Para isso, existem formas e técnicas para avaliar os alunos na fase de alfabetização, que trazem elementos essenciais e competências centrais da avaliação. Competências para avaliar fluência leitora; como o aluno conseguir ler textos não conhecidos compatível para sua idade e nível de desenvolvimento; para avaliar a escrita; fluência na escrita, nível de correção ortográfico e conhecimento das regras de pontuação e letra maiúscula (João Batista Araújo, 2005).

Como parâmetro para a avaliação da alfabetização, o Ministério da Educação disponibiliza o Manual de Avaliação e Monitoramento que oferece diretrizes para avaliar jovens e adultos, abordando os tópicos e objetivos da avaliação, tipos de avaliação, seleção de instrumentos e indicadores de referência.

Um dos instrumentos que avaliam a aprendizagem das habilidades da alfabetização é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), documento proposto pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas (INEP), que tem como objetivo: “garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental (Brasil, art. 5º, inciso I)”. Outro importante documento que traz habilidades estabelecidas para poder avaliar o que foi consolidado na alfabetização é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Mas, avaliar exige cuidados e critérios, que demandam do professor, segundo afirma Jussara Hofmann: observar o aprendiz; analisar e compreender suas estratégias de aprendizagem; e tomar decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo (Jussara Hoffmann, 2011).

Além disso, segundo o Manual de Avaliação e Monitoramento há tipos diferentes de avaliação e cada um apresenta objetivos específicos:

- Diagnóstica: Identificação prévia da turma, conhecimentos pré estabelecidos;
- Formativa: Contínua. Realizada ao longo do processo. Oferece parâmetros para observar se o objetivo foi alcançado e pode interferir no que compromete a aprendizagem;
- Somativa: Classifica os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos ao final do processo (Camila Cristina e Erika Midori, 2019).

Para podermos avaliar, levamos em consideração algumas habilidades, apontadas por Eliana Borges e Artur Gomes (2006) sendo elas: uma avaliação contínua, ou seja, foca em toda trajetória percorrida pelo aluno; reflexões sobre como e o que avaliar, qual é o contexto que o estudante se encontra; focar na avaliação como uma ferramenta de ensino, tendo as seguintes finalidades:

- a) identificar os conhecimentos já construídos pelos alunos, a fim de planejar as novas atividades de ensino de forma ajustada, isto é, considerando as aprendizagens que eles já desenvolveram, as dificuldades ou lacunas que precisam superar;
- b) decidir sobre a necessidade ou não de retomar o ensino de certos itens já ensinados ou de usar estratégias de ensino alternativas, a partir da verificação do que os alunos aprenderam;
- c) decidir sobre se os alunos estão em condições de progredir para um nível (série, ciclo, etc.) escolar mais avançado. (Borges, Moraes, 2006, p.138) .

Sendo assim, a pesquisa aqui apresentada investigou o seguinte problema: quais critérios estão sendo utilizados no momento da aprovação ou reprovação dos alunos na escola pública do município de Ouro Branco/MG na etapa de alfabetização?

Para tal problema apresentamos como hipóteses que:

- As escolas não têm critérios definidos para a reprovação dos estudantes no processo de alfabetização.
- Os professores não estão percebendo a defasagem dos alunos no momento da aprovação para o próximo ano escolar.
- Para escola e professores existe uma ideia de que todos os problemas de defasagem serão resolvidos no próximo ano.

Para responder à questão e investigar as hipóteses levantadas, elencamos os seguintes objetivos:

- 1) Geral: pesquisar quais são os critérios utilizados pelos docentes para aprovar ou reprovar os estudantes na etapa de alfabetização no município de Ouro Branco. Pretende-se, assim, refletir sobre a crescente defasagem no final do ciclo da alfabetização.

2) Específicos:

- Compreender a concepção de alfabetização adotada nas escolas públicas de Ouro Branco.
- Analisar os conceitos de aprovação e reprovação que estão sendo utilizados nessa fase importante em Ouro Branco.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa buscou estudar os critérios utilizados na aprovação dos alunos em fase de alfabetização no Município de Ouro Branco, entendendo ser esse um assunto relevante para entender a ideia de alfabetização que as Escolas Municipais de Ouro Branco-MG se baseiam. Além disso, a pesquisa teve o intuito de compreender como é feita a aprovação dos estudantes, os critérios definidos para tal e se estes são benéficos ou não para os estudantes.

Entende-se que esta temática atende os educadores, alunos e família, como uma maneira de mostrar que ter uma alfabetização completa é benéfico para os educandos em todas as áreas de sua vida.

A escolha do tema foi dada pela experiência no meu trabalho de aula particular e no programa de Residência Pedagógica¹. Durante todo o período trabalhei com alunos que estavam nos 2º/3º anos do Ensino Fundamental que não sabiam ler e escrever de acordo com o exigido na sua etapa de escolarização. Em virtude dessa defasagem, os pais passaram a demonstrar uma grande preocupação, pois percebiam a situação, mas não sabiam o que fazer. Alunos que estavam no 2º ano do Ensino Fundamental passavam para o 3º ainda com grande dificuldade, sem vivenciar a reprovação, com aquele pensamento que no próximo ano tudo iria se resolver, mesmo o processo de alfabetização sendo tão longo e, às vezes, cansativo para o aluno.

O tema é relevante para a área da educação, pois ter o conhecimento sobre o mesmo garantirá conhecimentos sobre a alfabetização e em como os alunos estão sendo respeitados e não “empurrados” para o próximo ano. Com a progressão continuada no ciclo da alfabetização, um número significativo de alunos passa de ano em ano sem ter desenvolvido as habilidades necessárias para a consolidação da alfabetização.

¹ O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo promover o aperfeiçoamento da formação prática dos cursos de licenciatura, por meio da imersão do licenciando na Escola da Educação Básica. (CAPES)

Ao fazer uma revisão de literatura percebemos que o tema tem sido abordado por outros pesquisadores, sendo um deles o artigo “A cultura da reprovação em escolas organizadas por ciclos”, escrito no ano de 2021. De autoria de Frederico Alves Almeida e Maria Teresa Gonzaga Alves, o artigo fala sobre a cultura da reprovação em escolas públicas da cidade de Contagem-MG e como tem estado presente na educação brasileira. Mas, os autores questionam: qual o sentido da reprovação? Quais critérios são utilizados? Essa reprovação ajuda ou atrapalha? A pesquisa traz consigo entrevistas realizadas com professores das escolas do município de Contagem. Nas considerações finais traz várias opiniões diferentes, mostrando que muitos alunos que são reprovados sofrem de um preconceito com base em indisciplina e falta de interesse nos conteúdos escolares. Os autores citam professores que veem a reprovação como castigo ou impulso para uma melhora na sala de aula. Outro ponto de vista é o por quê esse aluno está sendo reprovado: será que é apenas a escola ou tem motivos extra escolares?

Um dos pontos citados no artigo, é a forma de avaliação que é realizada com os alunos, que certas decisões avaliativas estariam fugindo do conhecimento pedagógico, além de funcionar como um instrumento de coerção e justiça.

Outro artigo que aborda a temática, escrito por Sueli Machado Pereira de Oliveira, no ano de 2011, trata a visão da criança em relação ao aumento do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Intitulado “A implantação do Ensino Fundamental de nove anos em Minas Gerais: A Visão da Criança” mostra o papel da alfabetização e letramento nessa implantação, sendo colocado em destaque como o problema na alfabetização poderia ter sido resolvido anteriormente, se o foco das escolas fosse o desenvolvimento do estudante, algo que só ficou esclarecido após o resultado das avaliações do Saeb².

No artigo é apresentado o resultado de uma pesquisa realizada com as professoras de escolas públicas da cidade de Poços de Caldas- MG. Nos questionários e entrevistas, os docentes entendiam que a Educação Infantil tinha a responsabilidade de alfabetizar as crianças e com a mudança, tornou-se dever do primeiro ano do Ensino Fundamental, e com isso, se sentiram despreparadas para tal processo. Outro ponto citado é o aumento em conteúdo e conseqüentemente uma maior exigência dos alunos de 6 anos para que realizassem provas oficiais, algo desconhecido para as crianças até aquele momento. É destacado no artigo a mudança dos estudantes e pais para esse processo de alfabetização, mostrando um maior interesse de ambos. Para a autora, a melhoria nos resultados escolares se

² O SAEB é um **sistema de avaliação nacional** que tem como objetivo fornecer informações sobre a qualidade da educação básica no Brasil.

deve pelo enfoque na alfabetização, sem a necessidade da entrada dos alunos mais cedo no Ensino Fundamental.

Para dar continuidade ao debate da temática, estruturamos este texto, que traz os resultados da nossa pesquisa em 5 seções distintas, sendo que a seguir abordaremos os aspectos conceituais acerca da aprovação e reprovação escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Magda Soares (2020), a alfabetização é um processo de apropriação da tecnologia da escrita, isto é, do conjunto de técnicas necessárias para a prática da leitura e escrita. Um processo muito importante para o desenvolvimento social e econômico de um indivíduo na sociedade, aprender a ler e escrever é fundamental na comunicação, independência e acesso ao conhecimento.

Para Vygotsky (1999), a alfabetização não é um evento isolado, e sim, um processo gradual e contínuo, começando com as interações sociais mais simples. Ele destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre pela relação social, não individualmente, mas com a troca de experiência com outras pessoas e ambiente.

Neste capítulo, falaremos sobre a avaliação, seus conceitos e categorias. Serão apresentados a contribuição de estudiosos sobre o tema e como avaliar na alfabetização, a partir de diretrizes oficiais. Serão apresentados, também, quais são as habilidades, conteúdos e processos avaliativos que compõem o processo de alfabetização.

2.1 AVALIAÇÃO- CONCEITOS E INSTRUMENTOS PARA A ALFABETIZAÇÃO

Avaliar é um processo que visa verificar a aquisição de competências e habilidades em determinada área do conhecimento ou do campo laboral. Tem sempre em vista o processo de melhoria contínua (Camila Cristina e Erika Midori, 2019, p. 3).

Na prática pedagógica, a avaliação não é apenas avaliar o aluno, mas o contexto escolar em sua totalidade. Jussara Hoffmann diz:

Ao avaliar efetiva-se um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem sempre por um longo tempo e se dão em vários espaços escolares, procedimentos de caráter múltiplo e complexo tal como se delineia um processo (Hofmann, 2009, p.1)

Existem três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

a) Diagnóstica: Identificação prévia da turma, é uma forma de averiguar a aprendizagem dos conteúdos anteriores, aplicada no início do ano letivo.

Avaliação Diagnóstica tem dois objetivos básicos: identificar as competências do aluno e adequar o aluno num grupo ou nível de aprendizagem. No entanto, os dados fornecidos pela avaliação diagnóstica não devem ser tomados como um "rótulo" que se cola sempre ao aluno, mas sim como um conjunto de indicações a partir do qual o aluno possa conseguir um processo de aprendizagem (Blaya, 2007, p.3).

b) Formativa: É realizada ao longo do processo educativo, oferecendo parâmetros para observar se o objetivo foi concluído, aplicado durante o ano letivo.

No que tange a avaliação formativa, aponta-se Kraemer apud Bloom, Hastings e Madaus (1975), visa mostrar ao professor e ao aluno o seu desempenho na aprendizagem bem como no decorrer das atividades escolares, oportunizando localizar as dificuldades encontradas no processo de assimilação e produção do conhecimento, possibilitando ao professor correção e recuperação (Oliveira, Aparecida e Souza, 2008, p.2387)

c) Somativa: Usada para classificar os resultados da aprendizagem dos alunos, aplicada normalmente no final de um ano ou semestre letivo ou após o ensino de algum conteúdo.

As autoras afirmam com propriedade que a avaliação somativa atrela-se diretamente a função classificatória, tendo como propósito verificar se os objetivos elencados no planejamento foram alcançados (Oliveira, Aparecida e Souza, 2008, p.2387)

A avaliação é feita para acompanhar o processo educacional, tendo a finalidade de identificar conceitos já construídos pelos alunos, entender a necessidade de retornar algum conteúdo já explicado e verificar a aprendizagem para compreender se o estudante pode passar para o próximo ano escolar.

Para Borges e Gomes (2006) avalia-se as conquistas que os alunos apresentam e não apenas as condutas finais e acabadas. No ciclo inicial da alfabetização é observado o aprendizado de cada aluno, os encaixando em “perfis”, considerando o nível de escrita e leitura. Podemos dizer que, nesse momento, essa é a avaliação da alfabetização, então, quem é avaliado? Seriam os alunos que diferem de letras, números e símbolos; escreve e lê no sentido correto, da esquerda para direita e de cima para baixo; tem o conhecimento dos segmentos sonoros? Essas habilidades seriam o suficiente para garantir a consolidação do processo de alfabetização?

A maneira que se avalia depende de cada professor, sendo que na maioria das escolas temos provas e testes que são os instrumentos avaliativos mais utilizados, mas existem outros como seminários, trabalhos individuais e em grupo. Alguns professores avaliam em todo momento em sala de aula, conforme o recomendado pelos documentos oficiais, observando as conquistas e avanços de seus alunos. Percebe-se que cada professor se apropria do instrumento que se identifica, pois não há apenas uma maneira correta de se avaliar.

Para Carolina Blaya:

A utilização dos instrumentos deve ser adequada ao contexto em que o professor se encontra. Por exemplo, aulas com muitos alunos inviabilizam a avaliação por observação ou acompanhamento, enquanto que disciplinas práticas possibilitam esses instrumentos de avaliação (Blaya, 2007. p.4)

Quanto à alfabetização alguns instrumentos podem ser priorizados, destacando-se a prova diagnóstica, que tem como objetivo, mostrar ao professor o nível de conhecimento dos alunos e dessa forma, elaborar um planejamento e estabelecer metas, como diz no caderno 3, Avaliação diagnóstica da alfabetização, organizado pela equipe do Ceale/UFMG:

Assim, a avaliação diagnóstica é o ponto de partida do trabalho pedagógico; sobretudo: é ponto de partida de um trabalho pedagógico autônomo, em que o professor controla o que ensina, o para que ensina, o como ensina (Brasil, Ministério da Educação, 2005, p. 9)

Outro instrumento é a observação, sendo o seu registro um procedimento fundamental no processo de aprendizagem. A partir da prova diagnóstica, o professor precisa fazer a observação dentro da sala de aula e registrar para que possa ser perceptível a evolução ou se é necessária alguma melhoria específica. Existem recursos para o registro feito pelo professor, como fichas descritivas, relatórios individuais, cadernos ou diários.

No volume 5, Monitoramento e avaliação da alfabetização, do Ceale, podemos ver alguns itens necessários no momento da escrita dos professores:

Com base nessa complexidade de aspectos, é imprescindível que o registro contemple:

- A identificação da escola, do aluno e da turma, do professor e da equipe relacionada ao processo, dos períodos de registro; A especificação de objetivos do trabalho no período em foco; A explicitação de conteúdos trabalhados no mesmo período; A explicitação de atividades e projetos desenvolvidos; Observações sobre níveis atingidos pela turma (aspectos comuns ou compartilhados pela maior parte) e pelo aluno particularmente focalizado; Sugestões de linhas de ação a serem desenvolvidas na própria classe, em outros espaços ou instâncias da escola e em interações com os familiares (Brasil, Ministério da Educação, 2005, p. 18).

Existe também, como recurso de avaliação na alfabetização, a autoavaliação como mostrado no volume 5, Ceale (2005), definido como uma ferramenta que fornece a coleta de informações relevantes para formalizar o processo de construção de significado do próprio aluno. O seu principal objetivo é sensibilizar os alunos para as suas capacidades e dificuldades, de forma a adaptarem estratégias, atitudes e formatos de aprendizagem aos

problemas que enfrentam. Dentro desse procedimento, há o *portfólio*, instrumento utilizado para organizar os registros dos alunos, de forma que possa ser observada a evolução na aprendizagem ao final de cada etapa ou ano letivo, mostrando o que e como ele aprendeu.

Todos os instrumentos citados estão a serviço da aprendizagem, mas a escola também coleta registros institucionais para que as informações sejam dadas para a comunidade escolar, uma tarefa difícil para os professores conciliarem os registros de sala de aula e os que são pedidos pela escola.

2.2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Trataremos neste tópico as documentações oficiais que baseiam a educação no Brasil, para que assim, todo o país obtenha uma aprendizagem equitativa. Cada documento apresentado terá o foco no processo de alfabetização.

Para acompanhar a dinâmica do processo educacional escolar, documentos são elaborados para auxiliar e organizar o processo formativo. Tais documentos são atualizados e publicados para as etapas da escolarização conforme a necessidade de mudança. Neste contexto, em 1996 houve a publicação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. Ela foi criada com base nos princípios presentes na Constituição Federal (1988), que traz o direito à Educação Básica pública e gratuita, sendo as suas etapas de cunho obrigatório e intransferível.

No art.32 da LDB diz que a alfabetização é um dos objetivos fundamentais do Ensino Fundamental, promovida nos primeiros anos e tem como foco o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo domínio da leitura, escrita e cálculo.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)
I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.(Brasil, Ministério da Educação, 1996, p. 11)

De acordo com o documento, o inciso XI do artigo 4 determina que os deveres do Estado para a educação escolar pública serão cumpridos por meio da alfabetização plena e da capacitação gradual para a leitura ao longo da Educação Básica, que são requisitos essenciais para a realização dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento humano (Brasil, 1996).

Em diálogo com a LDB e cumprindo o disposto na mesma, em 2006 ocorreram mudanças significativas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, com a ampliação de 8(oito) para 9(nove) anos de duração, sendo a matrícula obrigatória da criança com 6(seis) anos de idade, regido pela Lei nº 11.274/2006.

É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes. As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola). (Brasil, Ministério da Educação, 2018, p. 109)

Sendo o Ensino Fundamental de frequência compulsória, com a obrigatoriedade de presença dos alunos nas aulas e atividade escolar, sua ampliação trouxe uma necessidade de elaboração de um novo currículo e de um novo projeto político-pedagógico que abranjam os 9 anos de escolarização, incluindo as crianças de 6 anos.

Assim, Diretriz Curricular Nacional da Educação Básica (2013) traz que, para evitar que as crianças de 6 anos entrem na cultura de repetência e que não ocorra uma interrupção indevida na continuidade dos processos educativos e, conseqüentemente, a baixa autoestima do aluno, recomenda-se que as redes escolares adotem o regime de ciclo de aprendizagem. O primeiro desses ciclos, os três primeiros anos do Ensino Fundamental, incluindo os alunos de 6, 7 e 8 anos de idades, seriam destinados ao desenvolvimento das habilidades da alfabetização. Com isso, é necessário considerar os três primeiros anos como um bloco pedagógico sem interrupção, voltado para aprofundar a aprendizagem básica.

Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

a) a alfabetização e o letramento; b) o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, de Ciências, de História e de Geografia; c) a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro. (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p. 122)

Para assegurar o direito à escolarização na Educação Básica e como previsto na LDB, em 2017 foi publicada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o documento que define as habilidades e competências essenciais que os alunos devem desenvolver durante as etapas da Educação Básica, sendo esta compreendida desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A função da BNCC é orientar a elaboração do currículo para todas as escolas do Brasil, sendo um guia para que saibam o que deve ser ensinado em cada etapa, garantindo uma qualidade de ensino em todo o país (Brasil, 2017).

Sobre a alfabetização, a BNCC diz que

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento (Brasil, Ministério da Educação, 2018, P.59).

As principais habilidades voltadas para alfabetização, segundo a BNCC, são as de Língua Portuguesa, do 1º ano do Ensino Fundamental. Entre elas, temos:

- (EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página ;
- (EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética, usando letras/grafemas que representam fonemas ;
- (EF01LP03) Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças ;
- (EF01LP04) Distinguir as letras do alfabeto de outros sinais gráficos ;
- (EF01LP07) Identificar fonemas e sua representação por letras .
- (EF01LP08) Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita (Brasil, 2017, p.97).

Tais habilidades nos mostram os objetos de conhecimento que devem ser trabalhados durante a etapa alfabetização, sendo estes: os protocolos de leitura, correspondência fonema-grafema, construção do sistema alfabético/convenções da escrita, conhecimento do alfabeto do português do Brasil, construção do sistema alfabético e da ortografia (Brasil, 2017).

Para elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro, foi desenvolvida por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf) a Política Nacional da Alfabetização (PNA), que surgiu como um esforço do Ministério da Educação para melhorar o processo de alfabetização e seus resultados. Um dos projetos desenvolvidos pela PNA é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que surgiu após o

INEP estabelecer uma nota de corte na escala do SAEB e ter observado uma queda no desempenho dos alunos em processo de alfabetização.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada busca, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, garantir a alfabetização de todas as crianças do Brasil até o final do 2º ano do ensino fundamental, além da recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. (Brasil, 2023, p.1)

Este projeto tem como objetivo retomar elementos positivos e redefinir os frágeis, tendo como base oito elementos fundamentais:

1. Organização de um regime de colaboração e corresponsabilização entre União, estados e municípios, com a definição clara das responsabilidades e dos compromissos de cada esfera, substituindo um modelo no qual o MEC ignora as instâncias estadual e municipal e cria um canal direto com cada escola, o que produz cenários de desigualdade;
2. Metas pactuadas de resultado de alfabetização com a possibilidade de garantir o monitoramento e acompanhamento avaliativo da política de alfabetização;
3. Estratégia robusta de apoio técnico e financeiro da União para a requalificação, ampliação e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas que atendem ao ciclo de alfabetização;
4. Estratégia robusta de apoio técnico e financeiro da União para a elaboração, aquisição e distribuição de materiais didáticos complementares para uso dos estudantes, bem como de materiais pedagógicos para uso dos professores e professoras;
5. Parametrização e coordenação dos sistemas de avaliação da alfabetização;
6. Estruturação de uma estratégia formativa que seja presidida por uma visão colaborativa e contextualizada de aprendizagem do professor e da professora, do gestor e da gestora, superando uma visão restrita de formação baseada apenas na oferta de recursos digitais em plataformas virtuais com baixa aprendizagem em grupo;
7. Definição de orientações curriculares para a alfabetização que compreendam e respondam à multidimensionalidade desse processo e não restrinjam a visão de alfabetização à mera apropriação do Sistema de Escrita Alfabética ou à mera descoberta fonológica da escrita;
8. Visibilidade, reconhecimento e atendimento às singularidades e especificidades das populações do campo, dos povos originários, das populações quilombola e ribeirinha, das pessoas surdas e das pessoas com deficiência em todo desenho da política e na sua implementação (Brasil, 2023).

Observando todos os documentos apresentados neste tópico, pode-se perceber uma diferença nos tempos propostos para alfabetização completa de um estudante. A LDB e a Diretriz Curricular Nacional da Educação Básica trazem que o processo de alfabetização deve ser concluído nos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, em contrapartida a BNCC e a PNA trazem que esse processo deve ser efetuado nos 2 primeiros anos do Ensino Fundamental. Mas, quais dos documentos nos traz uma referência temporal correta?

Pensando no lado do aluno, ofertar um processo de alfabetização que seja concluído nos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, oferece ao estudante mais tempo para ter uma alfabetização completa.

Mas, não podemos esquecer que a alfabetização tem por objetivo que o indivíduo aprenda a ler e escrever, tendo entendimento do que está sendo lido e escrito. Para que tenha um desenvolvimento social e econômico necessário para viver em nossa sociedade, o processo de leitura e escrita é fundamental na comunicação.

2.3 AVALIAÇÕES SISTÊMICAS QUE AVALIAM AS HABILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO

As avaliações sistêmicas são ferramentas utilizadas para traçar o desempenho dos alunos e são essenciais para entender a qualidade de ensino em todas as escolas, regiões ou países como um todo (Freitas, 2013).

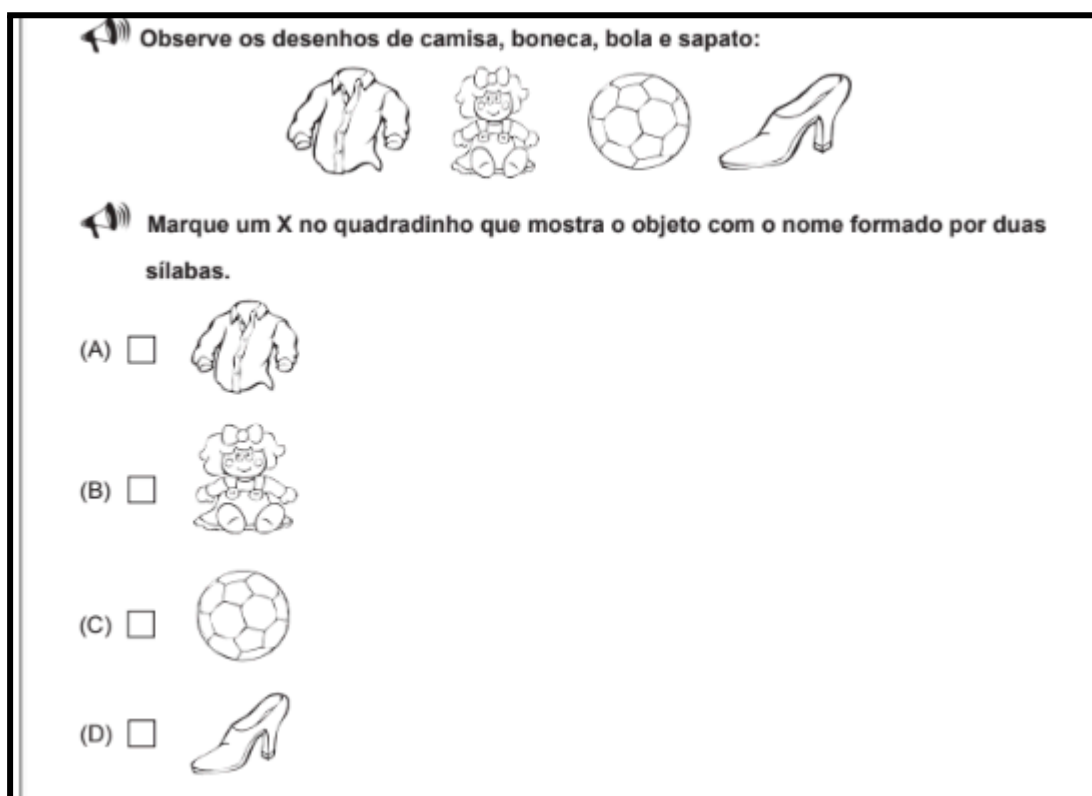
Quando falamos sobre as avaliações sistêmicas na alfabetização, temos três exemplos de provas, que trabalham a leitura e produção de textos para turmas do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

O primeiro exemplo é a Provinha Brasil (2008), descontinuada a partir de 2017, era aplicada para alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, tinha por objetivo realizar o diagnóstico dos níveis de alfabetização dos alunos após um ano de estudos no Ensino Fundamental. A primeira edição ocorria no início do ano letivo e a segunda edição no fim dele, assim, podia ser feito um comparativo dos resultados obtidos, sendo que as mesmas habilidades constavam nas duas edições da prova.

A avaliação era composta por uma questão-exemplo e mais 20 questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, existiam 3 tipos de questões: totalmente lidas pelo professor/orientador; parcialmente lidas pelo professor/orientador; totalmente lidas pelos alunos (Brasil, 2016).

Segue abaixo um exemplo de uma questão, da prova de 2016, do caderno de aplicação:

Imagem 1: questão da Provinha Brasil(2018)



Fonte: Caderno do aplicador, Provinha Brasil, Teste 2, 2016.

A questão acima traz a habilidade EF01LP02, da BNCC, contida na matriz de referência da Provinha Brasil, que tem por objetivo identificar o número de sílabas que formam uma palavra por contagem ou comparação das sílabas de palavras dadas por imagem.


O segundo exemplo de avaliação sistêmica é a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), vigente até hoje, sendo aplicada para aos alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental. Tendo por objetivo avaliar o nível de alfabetização desses educandos, produz indicadores sobre condições de oferta de ensino e gerar uma melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades educacionais (INEP/ANA, 2013).


A ANA é realizada anualmente e são destinados a aferir os níveis de alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática. A prova possui a seguinte estrutura: 2 cadernos de Matemática com 10 itens cada; 1 caderno de Língua Portuguesa com 10 itens; 1 caderno de Língua Portuguesa com 7 itens e 3 produções escritas. Entregue um caderno por vez, em sequência, os enunciados identificados por um megafone, devem ser lidos pelo professor/aplicador (Brasil, 2020).

Segue abaixo um exemplo de uma questão, da prova de 2020, do caderno do aluno:


Imagem 2: questão da Prova ANA(2020)

QUESTÃO 3 – CADERNO 1

 LEIA O CARTAZ.



AFASTE OS BICHOS,
LAVE AS MÃOS.
COM ÁGUA E SABÃO VOCÊ PROTEGE SUA SAÚDE.

 FAÇA UM X NO QUADRADINHO EM QUE MOSTRA PARA QUE SERVE O TEXTO.

A) CONVIDAR PARA UMA PEÇA DE TEATRO.

B) DIVULGAR UM FILME SOBRE MONSTROS.

C) ORIENTAR AS PESSOAS A LAVAR A MÃO.

D) CONTA UMA HISTÓRIA DE TERROR.

Fonte: Caderno 1, Língua Portuguesa, ANA, 2020.

A questão acima traz a habilidade EF15LP11, da BNCC, contida na matriz de referência da Avaliação Nacional da Alfabetização, que tem por objetivo reconhecer a finalidade do texto.

O terceiro exemplo é o Proalfa (Programa de Avaliação da Alfabetização) uma avaliação sistêmica aplicada aos estudantes das escolas estaduais e municipais de Minas Gerais, com foco nas habilidades de Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) e Matemática. Seu objetivo é reunir dados sobre o desempenho dos alunos, avaliando o desenvolvimento das competências e habilidades cognitivas essenciais para o processo de alfabetização. Seu público-alvo são os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (Minas Gerais, 2016).

situação de produção e o contexto de leitura; **EF15LP19**: Inferir informações implícitas em textos de diferentes gêneros, com base na situação de produção, no contexto de leitura e no conhecimento de mundo.

Magda Soares (2020) na sua obra “Alfaletrar” traz o planejamento do processo de alfabetização, onde mostra quadros de metas para o ano letivo. As metas envolvem apropriação do sistema alfabético, normas ortográficas, leituras e produção de textos para o 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Dentre as metas constam a maioria das habilidades que aparecem nas provas sistêmicas citadas anteriormente, o que nos mostra a importância de tais conhecimentos para os alunos que estão sendo alfabetizados.

Afim de aproximar os conceitos estudados das práticas docentes, realizamos uma pesquisa que terão os seus aspectos metodológicos, bem como a análise dos dados coletados, apresentados a seguir.

3. METODOLOGIA:

A natureza da pesquisa foi qualitativa trazendo como objetivo a compreensão de situações através da coleta de dados, estudando as experiências vivenciadas e sua interação com o campo pesquisado (Marconi e Lakatos, 2005).

Para esse projeto utilizamos a pesquisa documental e um questionário com perguntas objetivas. A pesquisa documental teve como objetivo compreender, de forma prática, qual a concepção de alfabetização adotada nas escolas públicas de Ouro Branco.

O questionário, com questões dissertativas e objetivas, destinado aos docentes alfabetizadores, visou analisar os conceitos de aprovação e reprovação que estão sendo adotados pelos alfabetizadores em Ouro Branco.

São exemplos de questões que constavam no questionário:

1. Qual sua opinião sobre a aprovação/reprovação dos alunos na etapa da alfabetização?
2. Como você agiria se percebesse que um aluno não conseguiu consolidar habilidades necessárias para ser aprovado durante a etapa da alfabetização?
3. Quais habilidades você considera necessárias para a aprovação na etapa da alfabetização?

Foi entregue aos participantes um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), documento que garante a estes o esclarecimento das informações estudadas, a participação voluntária na pesquisa, bem como assegura o resguardo da sua identidade.

A pesquisa iniciou com uma visita à Secretaria de Educação do Município de Ouro Branco, para solicitar os documentos necessários para a primeira coleta de dados, tais como o Projeto Político Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento e os documentos curriculares. Também foi feita uma carta de apresentação para explicar o propósito da pesquisa e justificar a visita às escolas, com o intuito de aplicar os questionários aos professores. Por estar no processo de troca de gestão, não conseguimos contato com a secretaria de educação, então fui diretamente às escolas.

Após isso, os diretores das escolas municipais foram visitados para explicar a pesquisa, bem como solicitar autorização para entrevistar professores alfabetizadores.

O questionário foi aplicado em 3 escolas municipais de Ouro Branco, abrangendo públicos social e economicamente diferentes. A coleta de dados, por meio deste, foi realizada entre os dias 14 de novembro a 10 de dezembro de 2024.

Somente os professores dos 2º e 3º anos, que aceitaram participar da pesquisa, responderam o questionário. A delimitação da seleção dos professores se dá pela LDB e

Diretriz Curricular Nacional da Educação Básica que nos mostra a etapa de alfabetização sendo finalizada no 3º ano do Ensino Fundamental, em contrapartida a BNCC e PNA dizem que esta etapa finaliza no 2º ano do Ensino Fundamental.

Após o preenchimento do questionário pelos professores, os dados foram analisados considerando os critérios estabelecidos para aprovação e reprovação, bem como a partir dos conceitos definidos pelos pesquisados sobre alfabetização.

Os questionários foram aplicados a um total de cinco professoras atuantes em três escolas: Escola Municipal Livre Mente, Escola Municipal Geraldo Marino Vieira e Escola Municipal José Francisco Nogueira.

Os dados relativos aos objetivos dessa pesquisa serão apresentados a seguir, em interlocução com documentos oficiais que balizam a aprovação e reprovação dos estudantes no processo de alfabetização.

4. ANÁLISE DOS DADOS:

Neste tópico apresentaremos a análise dos dados coletados na pesquisa realizada com as professoras alfabetizadoras do município de Ouro Branco, Minas Gerais.

4.1 QUEM SÃO AS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS EM OURO BRANCO?

O seguinte tópico apresentará as professoras alfabetizadoras do município de Ouro Branco, trazendo sua formação profissional, faixa etária, tempo de atuação na docência e ano escolar que elas lecionam.

Das professoras que responderam o questionário, três lecionam no 3º ano do Ensino Fundamental e duas no 2º ano do Ensino Fundamental. Todas possuem ensino superior em Pedagogia, o que é exigido pelo Art. 62 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional(LDB):

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)(Basil, 1996)

Quanto à formação continuada, uma das professoras possui mestrado em Educação, três têm especialização em cursos voltados para a Educação Inclusiva, sendo estes Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Essa formação indica a importância de tal conhecimento para uma educação inclusiva, quando as professoras se preparam para trabalhar com alunos neurodivergentes e neurotípicos. Alencar, Barbosa e Gomes (2021) explicam que neurodivergentes são os alunos que o seu funcionamento neurológico difere do que é considerado “típico”. Pode-se entender como pessoas neurodivergentes, segundo as autoras: pessoas com transtorno do espectro autista, pessoas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), pessoas com altas habilidades/superdotação (AH/SD), dentre outras. Alunos neurotípicos, conforme apontam as autoras, são aqueles em que o funcionamento cerebral segue padrões considerados “típicos” para a sociedade (Alencar; Barbosa; Gomes, 2021).

A necessidade da formação continuada pautada na educação inclusiva se deu pela universalização na educação garantida pela Constituição Federal (1988) nos artigos 205 e 208. Na redação dada em 2009 a esses Artigos da CF, temos que

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009);

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996);

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988).

Reforçando o exposto pela Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente(1990) nos artigos 53 e 54 afirmam que

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Brasil, 1990)

Sendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), esta revela em seus artigos 2 e 4 o direito à educação e a quem cabe a responsabilidade de fazê-la real:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)(Brasil, 1996).

Os documentos garantem o direito à educação para todas as pessoas, sendo dever do Estado ofertar o ensino obrigatório e gratuito. Nesse contexto, surge a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), objetivando a promoção da inclusão social e do exercício pleno da cidadania, em igualdade de condições às pessoas com deficiência. Dentre estas destacamos o direito à educação, assegurado também nesta lei.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (Brasil, 2015).

Fortalecendo o compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência e assegurando a igualdade de oportunidades no acesso à educação, criando a necessidade de os educadores aprimorarem seus conhecimentos e práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência em sala de aula.

Ainda quanto à formação profissional, quatro professoras realizaram a graduação de forma presencial e apenas uma concluiu o curso à distância. Saviani(1983) destaca que uma formação superficial ou instrumentalizada pode comprometer a qualidade da educação. Medeiros (2011) em seu artigo sobre os desafios dos docentes que são formados pelo curso superior à distância, destaca que desde 1964 a educação a distância vem sendo utilizada na formação dos docentes no Brasil. A concepção pedagógica que deu base para o projeto de formação à distância foi o método tecnicista, um modelo limitado, pois tem como elemento principal o pensamento racional o que gera uma falta de capacidade de adaptação dos professores ou uma dificuldade em exercer sua autonomia pedagógica (Medeiros, 2011).

A faixa etária das docentes varia entre 21 e 50 anos e o tempo de atuação na docência está entre 2 e 34 anos. Essas diferenças, tanto de geração quanto de experiência profissional geram distintas respostas nos questionários, como por exemplo quando perguntado se a

progressão continuada é benéfica no ciclo da alfabetização. A professora com 2 anos de docência respondeu que não, porque ter uma progressão de série, não significa que venceu o que seria necessário. A resposta da professora com 34 anos de docência, foi que seria benéfica, justificando que, na progressão continuada, o aluno avança sempre que demonstra aprendizagem.

Romanowski e Martins (2013) apontam as dificuldades dos professores em início de carreira, dentre elas, são citadas o domínio de conhecimento específico, a relação com os alunos e com a comunidade escolar, ausência da direção e falta de material. Essas dificuldades estão voltadas para a realização do trabalho e não para o processo de formação dos professores.

4.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO- O QUE DIZEM AS PROFESSORAS?

Neste tópico, serão apresentados os pontos de vista das professoras alfabetizadoras do município de Ouro Branco sobre os processos de educação e alfabetização. A análise será fundamentada nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado, destacando questões relacionadas a este tema.

Como citado anteriormente neste trabalho, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Diretriz Curricular Nacional da Educação Básica trazem que o ciclo de alfabetização se conclui nos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, enquanto a BNCC e a PNA trazem que esse ciclo se encerra nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. É importante ressaltar que esses documentos se baseiam no que é determinado pela LDB, ao organizar o Ensino Fundamental em 3 ciclos de formação, sendo que o primeiro, compreendendo os 3 primeiros anos do Ensino Fundamental como o ciclo da alfabetização (Brasil, 1996).

Como parte de nossa pesquisa, perguntamos às professoras alfabetizadoras quando, na opinião delas, a alfabetização deve ser consolidada. Para as cinco professoras entrevistadas, quatro acham que a alfabetização deve ser consolidada no fim do 3º ano do Ensino Fundamental, com a justificativa que neste período a criança consegue consolidar todas as habilidades necessárias para avançar para o ano seguinte.

Desta forma, as professoras concordam com a meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE) que estabelece o fim do ciclo da alfabetização, no máximo, até o 3º ano do Ensino Fundamental (2014). A Diretriz Curricular Nacional da Educação Básica traz que os três primeiros do Ensino Fundamental são voltados para a alfabetização e letramento (2013).

Uma das professoras entrevistadas acha que a alfabetização deve ser consolidada no final do 2º ano do Ensino Fundamental, justificando que as habilidades não consolidadas vão se acumulando e eclodindo no 3º ano do Ensino Fundamental, o que gera, na opinião dela, um sério problema de defasagem. Seu ponto de vista está em concordância com a BNCC, que diz que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental o foco deve ser a alfabetização (2018), assim como a PNA que traz o regime de colaboração entre União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devendo garantir alfabetização para todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental (2023).

Quando perguntado às professoras qual a opinião sobre a progressão continuada no ciclo da alfabetização, três delas não concordam que os estudantes sejam promovidos automaticamente ao final de cada ano dedicado à alfabetização. Elas justificam que a maioria dos alunos segue com as defasagens e não consegue consolidar as habilidades necessárias nos anos seguintes. Duas das professoras concordam com a progressão continuada no ciclo da alfabetização, com a justificativa que é mais uma oportunidade para o aluno desenvolver e sanar as suas dificuldades.

Conforme estabelecido pela LDB (1996) uma nova metodologia foi criada ao trazer o “ciclo da alfabetização”, o que mudou a progressão regular por série para a progressão continuada por ciclos. Com a adoção dos ciclos de aprendizagem, implantou-se a conhecida progressão continuada, quando o aluno obtém suas habilidades, competências e conhecimento dentro de ciclos, ele só pode ser reprovado no final de cada ciclo. Essa mudança é assegurada pela LDB no artigo 32, parágrafo 2:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (Brasil, Ministério da Educação, 1996, p. 11)

A avaliação no ciclo de alfabetização continua desempenhando um papel importante no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, Jussara Hoffmann (2009) argumenta que a avaliação vai muito além de um processo classificatório. Na opinião da autora, devemos adotar a avaliação formativa, cuja concepção se dá pelo processo contínuo de aprendizagem e ações pedagógicas desafiadoras. A essência da avaliação formativa baseia-se no envolvimento do professor com os alunos e no foco no progresso da aprendizagem dos estudantes (2009).

As professoras que participaram da pesquisa destacaram a importância do relacionamento entre família e escola para o processo educativo. Em seu artigo sobre os

fatores que auxiliam o sucesso escolar, Arlena Maria Cruz de Carvalho (2010) entrevistou 18 professores no total de seis escolas diferentes no Rio de Janeiro. Sua pesquisa apontou motivos para o sucesso escolar, dentre estes temos o relacionamento família-escola.

A grande maioria dos professores pesquisados citaram que é fundamental que o aluno tenha uma boa base familiar para que alcancem o sucesso escolar. Arlene (2010) traz uma das falas de seu entrevistado:

O primeiro fator é a família. Tem que olhar dever de casa, ver se estudou... mostrar que ele não está indo à escola só porque tem que ir. A escola é importante, mas os pais têm que achar isso. Valorizar a escola, ter seriedade. Não necessariamente, eles precisam ser formados. Mas têm que acreditar na escola (Carvalho, 2010, p.4).

Quando questionadas sobre como agiriam caso percebessem que um aluno não consolidou as habilidades necessárias para a aprovação, as professoras participantes desta pesquisa, afirmaram que buscariam o apoio da gestão pedagógica e orientariam a família para solucionar o problema.

A autora Maria Benildes Uchôa de Araújo (2019) considera que a gestão pedagógica permeia todo o processo de ensino e aprendizagem, envolvendo a forma como a escola organiza a educação, o trabalho e a prática docente. Para a autora, a gestão pedagógica é, também, uma ferramenta para articular e coordenar os processos e práticas educativas que envolvem todos os professores e estudantes de uma escola. Isso demonstra que a colaboração pode ser um fator decisivo no atendimento às necessidades dos alunos (Araújo, 2019).

Magda Floriana Damiani (2008) nos mostra que na colaboração há apoio entre os grupos que trabalham juntos, tendo o objetivo de atingir metas em comum, gerando respeito, confiança e responsabilidade nas conduções de ações tomadas. No contexto da alfabetização, essa colaboração se traduz em um trabalho conjunto entre professoras.

As docentes pesquisadas identificam e indicam como habilidades essenciais para a aprovação nesta fase: fluência na leitura, que pode ser entendida como uma leitura sem dificuldade envolvendo a interação da composição do texto e a competência do leitor (Ribeiro, 2014); consciência fonológica, que envolve a capacidade de manipular conscientemente não apenas os sons individuais, mas também as sílabas, as partes das sílabas e as palavras (Alves, 2014); escrita alfabética, quando aluno precisa compreender cada letra como uma classe de objetos substitutos equivalentes, por exemplo, P e p, são a mesma letra, além disso, é necessário analisar a ordem sequencial das letras e fazer correspondências,

termo a termo, entre segmentos falados e escritos (Morais, 2005); e a capacidade de compreender enunciados e textos curtos.

As habilidades indicadas pelas professoras, vão ao encontro da indicação de Magda Soares (2003) quanto à consolidação da alfabetização. Essas habilidades são abordadas em suas obras, quando a autora enfatiza a alfabetização como um processo que vai além do simples domínio do sistema alfabético, abrangendo a capacidade de usar a leitura e a escrita para interagir com diferentes contextos sociais (Soares, 2003).

A aprovação e reprovação no ciclo da alfabetização é um tema que gera muita discussão na educação, pois quando perguntadas sobre este tema, 4 das professoras entrevistadas responderam que são a favor da reprovação na etapa da alfabetização. Apenas uma manifestou-se contrária à reprovação na etapa da alfabetização.

As quatro docentes que se posicionaram a favor da reprovação, justificaram que as demandas das séries seguintes dificultam a consolidação das habilidades que os estudantes não conseguiram desenvolver adequadamente no ano anterior. A professora que se posicionou contra, justificou que a criança não pode ser reprovada por estar em fase de desenvolvimento. Essas respostas evidenciam como as próprias docentes do município compreendem a reprovação na alfabetização. Quando considerada necessária, a reprovação é vista como uma medida benéfica para evitar que dificuldades acumuladas interfiram nas etapas seguintes da escolaridade.

Para o autor Paro (2011) a reprovação tem sido um meio de transferir para o educando a culpa pelo mau ensino oferecido pelas escolas. Por outro lado, aprovar o aluno sem que ele aprenda as habilidades necessárias, é culpabilizar o sistema de ciclos e a progressão continuada.

Jacomini (2010) aponta que a reprovação é usada como uma medida para que o aluno atinja os objetivos do ano anterior. No entanto, quando não há intervenções pedagógicas adequadas, às reprovações não garantem a aprendizagem necessária para atingir esses objetivos. A autora destaca que, quando o aluno é reprovado, as iniciativas no ano letivo seguinte devem ser tomadas pela escola, família e sociedade para que o aluno realize a aprendizagem dentro do prazo definido. Dessa forma, com uma nova condição de ensino, há um desenvolvimento na aprendizagem, evitando repetições de anos letivos sem mudanças significativas (Jacomini, 2010).

4.3 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE DIZ O MUNICÍPIO?

Neste tópico, apresentaremos a orientação do município quanto a aprovação dos alunos em fase de alfabetização e quais habilidades a Secretaria de Educação considera essencial para a aprovação dos estudantes nesta fase.

Em relação à orientação do município sobre aprovação e reprovação na fase de alfabetização, as professoras trouxeram as seguintes informações: no município há promoção automática, podem reprovar a partir do 3º ano do Ensino Fundamental. Segundo as professoras pesquisadas, elas são orientadas sobre a possibilidade de não reprovação, devendo avaliar e considerar as atividades feitas de acordo com a capacidade individual do aluno.

Anteriormente citado no item 4.2, as professoras entrevistadas trouxeram as habilidades que acham necessárias para aprovação dos alunos na fase de alfabetização. Neste item as professoras citaram as habilidades que a Secretaria de Educação considera necessárias para a aprovação na etapa da alfabetização. Uma das professoras afirmou que são estas as orientações vindas da gestão: “o aluno precisa ser aprovado independente das habilidades consolidadas. No município consideramos as habilidades do Currículo do Estado de Minas Gerais e todas as habilidades referente ao ano de acordo com a BNCC (docente entrevistada, 2024).

O Currículo do Estado de Minas Gerais é baseado na BNCC, sendo algumas das habilidades voltadas para o ciclo da alfabetização, as habilidades do Currículo são apresentadas em uma tabela, dividida em campo de atuação, práticas de linguagem e objetivos de conhecimento. Como apresentada abaixo:

Imagem 4: habilidades do Currículo do Estado de Minas Gerais

1º Ano			
Campos de Atuação	Práticas de Linguagem	Objetos de Conhecimento	Habilidades
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Escrita (compartilhada e autônoma)	Correspondência a fonema-grafema	(EF01LP02X) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de acordo com o nível da escrita, seja ele pré-silábico, silábico, silábico alfabético ou de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	(EF01LP03) Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referenciação e construção da coesão	(EF12LP03) Copiar textos breves, mantendo suas características e voltando para o texto sempre que tiver dúvidas sobre sua distribuição gráfica, espaçamento entre as palavras, escrita das palavras e pontuação.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	(EF01LP04) Distinguir as letras do alfabeto de outros sinais gráficos.
			(EF01LP10A) Nomear as letras do alfabeto. (EF01LP10B) Recitar as letras em ordem alfabética e/ou aleatoriamente.
			(EF01LP05X) Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala, bem como a diversidade de

Fonte: Currículo Referência de Minas Gerais. 2018

Imagem 5: habilidades do Currículo do Estado de Minas Gerais

1º Ano			
Campos de Atuação	Práticas de Linguagem	Objetos de Conhecimento	Habilidades
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		Construção do sistema alfabético	pontos articulatórios para a execução de cada som
			(EF01LP13) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais, mediais e finais.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF01LP06) Segmentar oralmente palavras em sílabas.
			(EF01LP07) Identificar fonemas e sua representação por letras.
			(EF01LP08) Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita.
			(EF01LP09) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais, mediais e finais.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	(EF01LP11) Conhecer, diferenciar e relacionar letras em formato imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		Segmentação de palavras/Classificação de palavras por	(EF01LP12) Reconhecer a separação das palavras, na escrita, por espaços em branco.

Fonte: Currículo Referência de Minas Gerais. 2018

Segundo a BNCC, as habilidades desenvolvidas no 2º ano do Ensino Fundamental são essenciais para que os alunos sejam aprovados na fase de alfabetização, uma vez que a BNCC estabelece o término da alfabetização ao final do segundo ano do Ensino Fundamental. As habilidades são organizadas em áreas de conhecimento: área de Linguagens; área de Matemática; área de Ciências da Natureza; área de Ciências Humanas e área de Ensino Religioso.

(EF02LP12) Ler e compreender com certa autonomia cantigas, letras de canção, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade; (EF02MA01) Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero); (EF02MA04) Compor e decompor números naturais de até três ordens, com suporte de material manipulável, por meio de diferentes adições. (EF02CI01) Identificar de que materiais (metais, madeira, vidro etc.) são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana, como esses objetos são utilizados e com quais materiais eram produzidos no passado; (EF02GE01) Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive; (EF02ER02) Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência.(Brasil, 2017)

Embora a BNCC seja dividida em áreas do conhecimento, a análise das respostas das professoras alfabetizadoras do município de Ouro Branco revela que as habilidades de Língua Portuguesa se sobressaem quando se trata da aprovação dos alunos em fase de alfabetização.

Nesse contexto, o Município utiliza como base para a aprovação dos alunos em fase de alfabetização as habilidades apresentadas na BNCC, de acordo com o ano escolar em que o estudante se encontra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou os critérios utilizados para a aprovação dos alunos em fase de alfabetização no município de Ouro Branco-MG. Os critérios compreendidos com base nos dados analisados, são que as escolas do município têm como base para alfabetização as habilidades que constam na BNCC, mas para a aprovação as escolas utilizam a progressão continuada, ou seja, os alunos são aprovados no fim do ciclo mesmo que as habilidades necessárias não sejam consolidadas.

A partir dessa análise, foi possível compreender a concepção de alfabetização adotada pelas escolas do município e avaliar se a forma como os alunos são promovidos para os anos seguintes contribui para seu desenvolvimento educacional.

Para alcançar esse objetivo, buscou-se compreender a concepção de alfabetização adotada nas escolas públicas de Ouro Branco e analisar os conceitos de aprovação e reprovação utilizados nessa etapa. Os resultados indicaram que, para as professoras alfabetizadoras entrevistadas, a relação entre família e escola é um fator essencial no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a maioria das docentes expressou preocupações em relação ao tempo destinado à alfabetização, destacando que as demandas das séries seguintes, muitas vezes, entram em conflito com habilidades que não foram consolidadas nos anos anteriores, resultando em uma defasagem significativa.

A pesquisa revelou que a progressão continuada no ciclo da alfabetização é um tema controverso entre as professoras. A promoção automática pode evitar o medo da reprovação, como ocorre nos anos finais do Ensino Fundamental. No entanto, quando um estudante avança para o ano seguinte sem ter consolidado as habilidades essenciais, essa defasagem tende a se acumular, dificultando sua trajetória escolar.

Depois de todo o estudo e análise de dados para realizar a escrita deste trabalho, entendo que, quando necessário, a reprovação pode ser benéfica para que o aluno tenha uma segunda chance e o professor tenha a oportunidade de reavaliar as estratégias de ensino. Para que esse processo seja significativo, é essencial entender como aquele aluno aprende, com o objetivo de desenvolver uma metodologia que traga resultados diferentes.

Dessa forma, podemos transformar a reprovação em uma oportunidade de aprendizado e crescimento, garantindo que a alfabetização seja sólida e eficaz. A alfabetização representa a base para todo o Ensino Fundamental, tornando indispensável a consolidação das habilidades necessárias para que os estudantes possam progredir em sua formação escolar.

Este estudo apresenta uma contribuição significativa para a Pedagogia, pois discute como é feita esta aprovação dos alunos em fase de alfabetização. A discussão deste tema permite compreender como as decisões pedagógicas podem impactar no desenvolvimento da vida do estudante, reforçando a necessidade de uma avaliação criteriosa e uma alfabetização eficiente.

De forma mais ampla, para a educação, esta pesquisa traz a necessidade de políticas públicas bem estruturadas, que garantam aos alunos um avanço no Ensino Fundamental com as habilidades necessárias consolidadas. O estudo evidencia a importância do envolvimento familiar no processo educativo, destacando que a alfabetização deve ser um esforço coletivo da escola, família e aluno.

No âmbito acadêmico, profissional e pessoal, a realização desta pesquisa mostrou a necessidade de um olhar mais humano para os alunos em fase de alfabetização, fortalecendo a ideia de que precisamos entender como os estudantes aprendem e aplicar metodologias que possam funcionar para determinada sala de aula. Reforçando a empatia e a compreensão sobre as dificuldades dos alunos que não consolidam as habilidades necessárias para a alfabetização no tempo correto. Profissionalmente, proporcionou uma compreensão mais aprofundada para as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelos professores alfabetizadores.

Pesquisas futuras poderiam investigar o impacto da progressão continuada na alfabetização ao longo do Ensino Fundamental, analisando como os alunos que não conseguem consolidar as habilidades necessárias lidam com os desafios acadêmicos nos anos seguintes. Além disso, um estudo comparativo entre diferentes municípios poderia trazer uma visão mais ampla sobre como as redes de ensino adotam critérios para a aprovação e reprovação na alfabetização. Também seria relevante pesquisar como a progressão continuada afeta as decisões pedagógicas dos professores no contexto da alfabetização.

Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua para futuras discussões e reflexões sobre a importância de critérios bem definidos na aprovação dos alunos em fase de alfabetização, garantindo um ensino mais justo e eficaz.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Helenira Fonseca de; BARBOSA, Heloisa Fonseca; GOMES, Robéria Vieira Barreto. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar. In: GOMES, Robéria Vieira Barreto; BARBOSA, Heloisa Fonseca (Org.). Escola em tempos de conexões. Volume 2. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

ALVES, Frederico Almeida; TERESA, Maria Gonzaga Alves. A cultura da reprovação em escolas organizadas por ciclos. Revista Brasileira de Educação, 2021. Disponível em: <https://scielo.br/j/rbedu/a/6gCtqvfwPfsLg4QnQghbLtS/?format=pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

APARECIDA, Celena; OLIVEIRA, Adriana; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de pedagogia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 2008, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2008.

ARAÚJO, Maria Benildes Uchôa de. A gestão pedagógica faz a diferença na escola? Educação & Linguagem, v. 6, n. 1, p. 69-89, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.fv>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ARAÚJO E OLIVEIRA, João Batista. Avaliação em alfabetização. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

BLAYA, Carolina. Processo de Avaliação. [S.l.: s.n.], 2007.

BORGES, Eliana C. de Albuquerque; GOMES, Artur de Moraes. Avaliação e alfabetização. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ana>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Provinha Brasil. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/provinha-brasil>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CARVALHO, A. M. C. Alcançando o sucesso escolar: fatores que auxiliam nesta conquista. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Disponível em: <https://ceale.fae.ufmg.br/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CRISTINA, Camila; MIDORI, Erika. Avaliação da aprendizagem: aspectos teóricos e instrumentos. [S.l.: s.n.], 2019.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. Educar em Revista, n. 31, p. 213-xxx. Disponível em: <https://www.s.> Acesso em: 16 jan. 2025.

FREITAS, Maria José. A avaliação sistêmica: definição e contexto histórico. Uberlândia: Library PT, 2013.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação formativa ou avaliação mediadora? Porto Alegre: [s.n.], 2011.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Por que a maioria dos pais e alunos defende a reprovação? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 895-919, set./dez. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: [s.n.], 2005.

MORAIS, Artur Gomes de. Apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, p. 695-716, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1983.

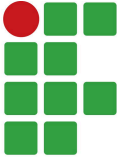
SOARES, Magda. Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RIBEIRO, Ana Elisa. Fluência de leitura. In: CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Glossário Ceale.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Desafios da formação de professores. Páginas de Educación, v. 6, n. 1, 2013.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

 <p>INSTITUTO FEDERAL Minas Gerais</p> <hr/> <p>Campus Ouro Branco</p>	<p>Questionário para os professores das Escolas Municipais</p> <hr/> <p>Prezado docente, Solicito um pouco do seu tempo, para responder este questionário que ajudará na pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, com o tema: CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A APROVAÇÃO DOS ALUNOS NA ETAPA DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM OURO BRANCO/MG. Os benefícios desta pesquisa consistem em entender a ideia de alfabetização que as Escolas Municipais de Ouro Branco-MG se baseiam, com intuito de compreender como é feita essa aprovação dos estudantes. Entende-se que esta temática atende os educadores, alunos e família, como uma maneira de mostrar que ter uma alfabetização completa é benéfico para os educandos em todas as áreas de sua vida. Por isso, sua contribuição é imprescindível. As informações prestadas são confidenciais, com a finalidade de subsidiar a elaboração da pesquisa. Desde já agradeço a parceria e compreensão!</p>
--	---

1. Formação Profissional: () Magistério () Outro curso médio:
() Curso profissionalizante: _____
() Curso superior: _____
() Especialização: _____
2. Faixa etária: () Até 20 anos () Entre 21 a 30 anos () Entre 31 a 40 anos () Entre 41 a 50 anos () Acima de 50 anos
3. Tempo de atuação na docência: _____
4. Sua formação profissional foi presencial ou à distância? _____
5. Em qual escola você leciona? _____
6. Em qual ano escolar você leciona? () 1º ano () 2º ano () 3º ano
7. Você é a favor da reprovação na etapa da alfabetização?
() sim () não () às vezes
Por que? _____

8. Em sua opinião, a alfabetização deveria ser consolidada no fim do 2º ou 3º ano do Ensino Fundamental? () 2º ano () 3º ano
Por que? _____

9. Em sua opinião, a progressão continuada no ciclo da alfabetização é benéfica para os alunos?

sim não às vezes

Justifique: _____

10. Como é a orientação quanto à aprovação/reprovação na etapa da alfabetização no município onde você atua?

Os estudantes que não consolidam as habilidades da alfabetização são reprovados;

no município há promoção automática;

outra: _____

11. Como você agiria se percebesse que um aluno não conseguiu consolidar habilidades necessárias para ser aprovado durante a etapa da alfabetização?

eu o reprovava;

eu peço ajuda à gestão pedagógica;

recomendo aos pais aula particular;

eu o aprovaria ainda assim, para que a alfabetização fosse consolidada no ano seguinte.

outra: _____

12. Quais habilidades você considera necessárias para a aprovação na etapa da alfabetização?

13. Quais habilidades a secretaria de educação e ou a escola da sua atuação definem como essenciais para a aprovação na etapa de alfabetização?
